

ELEIÇÃO UEL 2014

Os professores querem saber

Novamente nesta eleição o Sindiprol/Aduel tomou a iniciativa de elaborar um jornal especial com o posicionamento dos candidatos à reitoria para ajudar os docentes a conhecer as propostas de todos os que disputam este alto cargo. Muito mais necessário nos pareceu desta vez dado prazo tão exíguo destinado às campanhas e divulgação das propostas.

Para elaboração deste jornal, submetemos nove questões às chapas, estipulamos o mesmo espaço total para resposta com a opção de distribuir esse espaço da forma que melhor lhes parecesse e o mesmo prazo para todos responderem. O posicionamento de cada chapa é apresentado numa ordem estabelecida por sorteio na presença de todas elas. As questões elaboradas pela diretoria do sindicato cobrem o conjunto de preocupações que afligem os docentes e foram pauta das assembleias, boletins e campanhas do sindicato nos últimos quatro anos.



O que perguntamos

- 1.** A chapa aceitaria ser empossada pelo governador, caso não ficasse em primeiro lugar e o Governo não respeitasse o resultado da consulta? Se isso ocorrer com outra chapa, que ações defenderiam?
- 2.** A chapa defende o voto paritário ou a proporção que será aplicada nesta eleição?
- 3.** Podem mencionar quais ações os membros da chapa realizaram diante dos recentes ataques do governo à Autonomia da Universidade?
- 4.** Podem citar cinco iniciativas concretas tomadas por membros da chapa com o objetivo de democratizar a gestão da universidade??
- 5.** Vocês se comprometem a tornar pública as contas das fundações vinculadas à UEL (FAUEL, ITEDES e HU-TEC) e que são desconhecidas pela comunidade universitária até hoje?
- 6.** Qual o posicionamento da chapa sobre o processo de avaliação docente que tramitou durante o ano de 2013 (OF. R. C. No 148/13)?
- 7.** A chapa é favorável à transformação do TIDE em efetivo regime de trabalho, retirando as restrições que hoje o condicionam?
- 8.** Qual o posicionamento da chapa sobre a implantação de cursos de graduação na modalidade de Ensino a Distância?
- 9.** O que a chapa fará para enfrentar o crescente corte no custeio da universidade por parte do governo do Estado?



Carlos Roberto e Isaias Dichi - chapa 1



José Paulo Pinese e Elza Iouko - chapa 2



Berenice Jordão e Ludoviko Carnasciali - chapa 3



Sérgio de Carvalho e Mara Solange - chapa 4

#1 A chapa aceitaria ser empossada pelo governador, caso não ficasse em primeiro lugar e o Governo não respeitasse o resultado da consulta? Se isso ocorrer com outra chapa, que ações defenderiam?

CHAPA 1 (Isaias Dichi e Carlos Roberto)

Tanto eu, Isaias, quanto o professor Carlos sempre defendemos decisões democráticas. Assim, em nenhuma hipótese aceitaríamos ser empossados pelo governador na eventualidade de não sermos os candidatos escolhidos pela comunidade universitária. Quanto à segunda parte da pergunta, não nos compete um julgamento das demais chapas que estão participando destas eleições, mas o que podemos assegurar é que, na eventualidade de uma delas incorrer em desrespeito ao que for decidido pela comunidade universitária, seguramente cerraremos fileiras com aqueles que defen-

dem o princípio da autonomia universitária e, em particular, com o direito da Universidade Estadual de Londrina de escolher, pelo voto, seus legítimos representantes.

CHAPA 3 (Berenice Jordão e Ludoviko Carnasciali)

Definitivamente NÃO! Primamos pela democracia. Para nós, a escolha da Comunidade Universitária é SOBERANA. E é justamente por defendermos a AUTONOMIA da Instituição e de seus Colegiados, é que não aceitaremos e não reconheceremos qualquer escolha do Governo que não seja aquela proveniente das urnas. Defendemos que a legitimidade das urnas deve ser respeitada, seja qual for o seu resultado. Se isso ocorrer com outra chapa, prontamente iremos nos manifestar de forma veementemente contrária, tornando pública a nossa irrisignação e reiterando, perante e diretamente ao Governador a nossa defesa pelo resultado das urnas.

CHAPA 4 (Sérgio de Carvalho e Mara Solange)

Entendemos que o processo de escolha do Reitor ou Reitora é fruto de

uma conquista histórica, obtida como resultado da luta pela construção de uma Universidade Democrática e Autônoma. Nessa perspectiva a lista tripla é um anacronismo que se manteve, mas que precisa ser eliminado, posto que o processo eleitoral deve esgotar-se na própria instituição, restando ao executivo apenas a nomeação dos escolhidos. Portanto, em hipótese alguma, aceitaríamos a nomeação se não fôssemos em primeiro lugar. Se o Governo não respeitar a escolha da comunidade, nos uniremos a todos que estiverem dispostos a garantir que a chapa mais votada seja empossada.

CHAPA 2 (José Paulo Pinese e Elza Iouko)

A UEL com Pinese e Elza não somente aceitará ser empossada se for a vencedora na consulta junto à comunidade, seja por meio da Paridade, seja por meio da LDB. Caso alguma outra chapa aceite tamanha afronta com a comunidade, que já está com sua dignidade ferida, nós manifestaremos total repúdio a esta atitude, uma atitude de agressão.

#2 A chapa defende o voto paritário ou a proporção que será aplicada nesta eleição?

CHAPA 1 (Isaias Dichi e Carlos Roberto)

A questão que se coloca quando se participa de uma eleição como esta que decidirá qual das chapas assumirá a direção da Reitoria não é se somos favoráveis a esta ou aquela forma de voto. O que está em foco é se respeitamos ou não as decisões tomadas pelos órgãos decisórios da UEL e as regras estabelecidas para cada candidato. Por ocasião de nossa candidatura, há quatro anos, nós, da chapa UEL-Já, havíamos manifestado que defendíamos a paridade, pois estas eram as regras que estavam em vigor.

Nossa posição, destacamos mais uma vez, é de respeito às decisões democráticas tomadas pelas instâncias superiores da Universidade. No caso atual, o Conselho Universitário definiu qual a proporcionalidade deve ser adotada para a atual eleição, definiu nestas bases o edital eleitoral e é em cima das regras estabelecidas que todas as chapas se inscreveram.

No nosso caso, em particular, não incomodaria em nada a chapa UEL-Já, por exemplo, se as regras atuais fossem as que vigoraram nas eleições anteriores, isto é, a paridade. Nossa carta programa, construída ao longo dos últimos cinco anos, pelos princípios que defen-

de, não teme nenhuma forma de regime eleitoral.

CHAPA 3 (Berenice Jordão e Ludoviko Carnasciali)

A Chapa Berenice e Ludoviko respeita, acima de tudo, a decisão de seus Órgãos Colegiados, os quais tem autonomia para deliberar sobre as grandes questões universitárias. Particularmente, na reunião do Conselho Universitário, que decidiu a forma de proporção do voto, a profa. Berenice (conforme comprovado em ata) votou pela paridade por entender que esta é forma mais democrática, uma vez que a gestão institucional é efetuada para as três categorias e por considerar também que a composição dos Conselhos Superiores já atende aos dispositivos da LDB. O prof. Ludoviko como pró-reitor não teve direito a voto na referida reunião.

CHAPA 4 (Sérgio de Carvalho e Mara Solange)

Qualquer chapa que seja eleita deverá retomar a questão acerca da contagem dos votos, pois não foi cabalmente resolvida dentro da instituição. Perdida a paridade ou mantida, os grupos contrários ou favoráveis tentarão constantemente retomar o debate e mudar a decisão do Conselho Universitário. A experiência tem mostrado que a discussão dessa matéria acirra ânimos, divide opiniões e toma contornos, algumas vezes, não condizentes com o ambiente acadêmico no qual vivemos. Isto pode criar obstáculos na condução da Universidade na busca de seus objetivos

maiores, o que nós não permitiremos!

Eleitos, conduziremos o debate e, em nenhum momento, a máquina administrativa será utilizada para beneficiar uma das partes. Adotaremos essa postura para que a reitoria possa ter credibilidade entre as partes para conduzir o processo de reconciliação necessário após um debate tão intenso. Cabe ao reitor acatar a decisão indicada pelo Conselho Universitário.

CHAPA 2 (José Paulo Pinese e Elza Iouko)

Antes de defendermos um modelo, defendemos a dignidade da comunidade universitária, que foi, em nosso entendimento, maculada. Quando falamos da dignidade, incluímos a dos docentes, dos técnicos e dos estudantes, pois, em realidade, ninguém pode afirmar com absoluta certeza como seu voto será contado nas urnas. Alguns afirmam que nenhum magistrado pode interferir no processo eleitoral, pois, a UEL é autônoma, mas, esse não é o entendimento da justiça. Para piorar, ultimamente tem ocorrido uma espécie de "terceirização" de decisões ao Conselho Universitário, que em muitas situações encontrou-se encurralado, já em outras não pode se expressar por meio de alguns de seus representantes. Infelizmente, estas atitudes podem ocorrer invariáveis a qualquer modelo, portanto, precisamos retornar a um estágio anterior, buscar harmonia, comportamento ético e resgatar a dignidade. Uma chapa não deve comprometer seu gerenciamento futu-

EXPEDIENTE

Jornal do Sindipro/Aduel é uma publicação do Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região - SINDIPROL/ADUEL
sindicato@sindiproladuel.org.br
www.sindiproladuel.org.br

Sede
Praça La Salle 83 - Jardim Canadá
CEP: 86020-510
Londrina - Paraná - Brasil
Fone: 43 3324-3995

Sub-sede Campus
Rodovia Celso Garcia Cid - PR 445
Km 380 - Campus Universitário
CEP: 86051-990
Londrina - Paraná - Brasil
Fone: 43 3328-4549

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:
Nilson Magagnin Filho
Vice Presidente:
Valdir Anhucci
1º Secretária:
Maria Inês Nobre Ota
2º Secretário:
Renato Lima Barbosa
1º Tesoureira:
Silvia Alapanian
2º Tesoureira:
Sinival Osório Pitaguarí
Diretor de Comunicação:
Evaristo E. Colmán Duarte

SUPLENTE

1º Suplente:
Alicides J. Sanches Vergara
2º Suplente:
Ricardo Ralisch
3º Suplente:
Eliel Ribeiro Machado
4º Suplente:
Gilson Jacob Bergoc
5º Suplente:
Vanerli Beloti
6º Suplente:
João Vicente Hadich Ferreira

CONSELHO FISCAL

1º Conselheiro:
Otavio J. G. Abi Saab
2º Conselheiro:
Nelson Yasuo Fujita
3º Conselheiro:
José Mangilli Junior
SUPLENTE
1º Suplente:
Cristiano Medri
2º Suplente:
Taise F. C. Nishikawa
3º Suplente:
Alexandre Bonetti Lima

Jornalista Responsável:
Murilo Pajolla MTB 9845/PR
Diagramação e Projeto Gráfico:
Faticulo Andreo Monteiro
Impressão: PlanoGráfica
Tiragem: 2.500 exemplares

ro, entendemos que esta questão deve ser decidida pela comunidade, mas, deve ser discutida com mais serenidade, com uma condução mais equilibrada.

#3 Podem mencionar quais ações os membros da chapa realizaram diante dos recentes ataques do governo à Autonomia da Universidade?

CHAPA 1 (Isaias Dichi e Carlos Roberto)

Tanto eu, Isaias, quanto o professor Carlos, não estivemos, durante os últimos quatro anos, em nenhum cargo de gestão na UEL. Entretanto, quando fui diretor de Centro e participei do Conselho de Administração, minhas posições sempre foram em defesa da autonomia universitária. Em uma futura gestão, na qual tenhamos a oportunidade de comandar os rumos da UEL, que fique destacado que em nenhum momento fraquejaremos no sentido de defender a autonomia universitária. Mas, destacamos que não basta defendê-la. É necessário assegurá-la. Não tem sentido a cada momento termos de recorrer à esfera jurídica para reafirmar que existe um Acórdão que garante a autonomia da Universidade. Seguramente, este é um trabalho que tem de ser desenvolvido junto com a nossa comunidade universitária e, também, junto aos demais reitores das IES do Paraná. Somente na medida em que nos fortalecermos interna e externamente é que esse objetivo será possível.

CHAPA 3 (Berenice Jordão e Ludoviko Carnasciali)

O Governo Estadual baixou uma série de Decretos restringindo a autonomia das IEES. Em todos eles como Vice-Reitora, a profa. Berenice colocou-se formalmente contra, por meio de ofícios e reuniões diretas com o Governador, fazendo valer a autonomia. Por exemplo, foram refutados e não cumpridos os seguintes Decretos: Decreto 8476/2013

- Determinava a redução em 25% das despesas no âmbito do Poder Executivo Estadual; Decreto 8465/2013 - Vedava o pagamento de serviço extraordinário ou hora extra para os servidores da Administração Direta e Indireta do Estado; Decreto 8466/2013 - Regulamentava a disposição funcional, a remoção, a designação de servidores; Decreto 8386/2013 e Decreto 7.599/2013 - Instituiu e submetia as IEES ao Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal do Estado- conta única e Meta 4. Foi justamente por conta dessa nossa postura, que as IEES foram excetuadas do cumprimento de todos esses atos Governamentais.

CHAPA 4 (Sérgio de Carvalho e Mara Solange)

Nós denunciemos no Conselho de Administração as medidas governamentais que feriram a autonomia, participamos das mobilizações realizadas em sua defesa e da Comissão que elaborou um estudo para ser discutido e defendemos o amplo debate comunitário.

Colocamos como primeiro item do Plano de Gestão (cf. www.integrauel.com.br) a proposta de promover ações para garantir a efetiva autonomia. Decidimos intencionalmente, pois os vários órgãos de Estado têm apresentado dificuldade em compreender a Autonomia e precisamos chamar a atenção para isso. Até ações do judiciário têm tentado impor formas de ingresso de estudantes, sem que o CEPE tenha fechado questão sobre a matéria. Portanto, manteremos a comunidade mobilizada e atuaremos junto às várias instâncias de Estado para garantir a Autonomia.

Dentre as várias dimensões da Autonomia Universitária, duas se destacam no nosso Plano de Gestão: financeira e de gestão de recursos humanos. Um exemplo é a autonomia no processo de substituição de servidores, desvinculando a nomeação e a contratação da esfera do governo do Estado.

CHAPA 2 (José Paulo Pinese

e Elza louko)

i9UEL é composta por Pinese e Elza Ida. Pinese é diretor do CCE e Elza Ida uma liderança acadêmica notoriamente reconhecida no país. Quando iniciaram os ataques do atual governo, Pinese, no Conselho de Administração da UEL, lembrou a todos do Acórdão de 1992 do TJ-PR que defende nossa autonomia didático-científica, administrativa (em pouca parte), patrimonial e de gestão financeira. Infelizmente, não vimos uma atuação mais dura por parte do grupo de reitores das IES junto ao atual governo do Estado. Elza Ida, como liderança acadêmica, manifestou seu total descontentamento e repúdio a estes atos incoerentes do governo, incentivando uma posição de reprovação por parte da comunidade universitária.

#4 Podem citar cinco iniciativas concretas tomadas por membros da chapa com o objetivo de democratizar a gestão da universidade?

CHAPA 1 (Isaias Dichi e Carlos Roberto)

Bom, da maneira como está formulada a questão é imprecisa pois não estivemos na direção da UEL nestes últimos quatro anos para apontarmos iniciativas concretas que tomamos. O que podemos dizer, com relação à pergunta é a respeito de quais iniciativas concretas tomaremos estando à frente como responsáveis pela gestão da Universidade na qual atuamos. Enumerando as cinco iniciativas solicitadas e sem ordem de prioridade, podemos assinalar cinco pontos que estão em nosso site da UEL-Já, em nosso jornal e nos nossos encontros com a comunidade universitária. São eles: primeiro, defesa incondicional da autonomia universitária, tanto administrativa quanto financeira junto ao Governo do Estado. A Universidade precisa tranquilidade para traçar seus rumos no ensino, pesqui-

sa e extensão. Segundo, preencher os quadros técnicos com docentes ou servidores com capacidade técnica reconhecida pela comunidade universitária. Buscamos competência técnica aliada a excelência moral. Terceiro, promover a desburocratização e informatização da universidade, realizando uma gestão com transparência administrativa e financeira, desde o seu início. Quarta, garantir liberdade de expressão em sua plenitude em toda a Universidade assim como resgatar o princípio de dignidade humana em todas os setores da Universidade. Por fim, quinto e não menos importante, respeitar a autonomia das entidades representativas dos professores, técnico-administrativos e estudantes.

CHAPA 3 (Berenice Jordão e Ludoviko Carnasciali)

Reconhecimento da representação estudantil nos Conselhos Superiores; Reestruturação e reativação do Conselho de Interação Universidade Sociedade; Participação das representações dos Órgãos Suplementares e de Apoio, do Prefeito do Campus, do Diretor do HU, do Diretor do HV e do Diretor da COU no Conselho de Administração com direito a voz; Implantação do orçamento gerencial a todas as Unidades e subunidades da UEL, com total transparência de gestão com critérios estabelecidos de forma democrática; Portal transparência da UEL com todas as informações disponíveis da Instituição, com transparência e respeito à gestão pública.

CHAPA 4 (Sérgio de Carvalho e Mara Solange)

Citaremos cinco iniciativas propostas no nosso Plano de Gestão, inspiradas nas experiências que tivemos ao atuar administrativamente em órgãos colegiados e que se tornarão medidas para aprimorar a gestão democrática na UEL:

1 - Retomar o planejamento estratégico avaliando-o constantemente com audiências públicas, por meio de reuniões ampliadas do Conselho Universitário;

2 - Ampliar a participação do Conselho Universitário no planejamento orçamentário/financeiro da Universidade;

3 - Ampliar a participação do Conselho Universitário nas decisões de investimento da Universidade;

4 - Desenvolver gestão administrativa pautada em transparência, ética e diálogo, privilegiando escolhas para cargos de direção, chefia e assessoramento por meio de critérios baseados em competência profissional;

5 - Dialogar com os Centros Acadêmicos e o DCE a respeito de questões acadêmicas, políticas e atividades universitárias.

CHAPA 2 (José Paulo Pinese e Elza louko)

Pinese, na atual direção do Centro de Ciências Exatas, defendeu um sistema de avaliação informatizado, transparente e mais democrático, também defendeu em reunião do Conselho Unversitário o direito de representantes dos técnicos a exporem suas ideias, defendeu ainda, uma política de orçamento participativo dos Centros de Estudo, de forma que estes pudessem ter uma autonomia de decisão no uso de seus recursos. Em parceria com Elza Ida, na época da criação da Fundação Araucária, defenderam junto ao governo do Estado que a mesma fosse uma Fundação de Direito Público, e durante suas gestões como coordenadores de programas de pós-graduação defenderam a conduta de reuniões das Comissões Coordenadores em conjunto com o corpo docente, podendo este opinar e votar. Elza Ida, como coordenadora geral do stricto sensu, encaminhou a resolução que rege os cursos de pós-graduação da UEL, bem como a resolução sobre revalidação de diplomas obtidos no exterior. No CEPE, ela também defendeu uma série de aspectos importantes da resolução sobre os concursos públicos.

#5 Vocês se comprometem a tornarem

públicas as contas das fundações vinculadas à UEL (FAUEL, ITEDES e HUTEUC) e que são desconhecidas pela comunidade universitária até hoje?

CHAPA 1 (Isaias Dichi e Carlos Roberto)

Com certeza. Nossa chapa defende a transparência em todas as situações, o que está de acordo, inclusive, com nossos princípios e o caráter de nossa candidatura. Temos como eixo orientador o debate limpo, sem ataques ou falsas promessas, pois para nós a transparência também passa por aí. Mantivemos como eixo buscar apoio sem barganhar seja lá o que for. Quem está caminhando conosco o faz com a convicção de que está investindo em um projeto e não em razão de que terá compensações futuras em cargos, por exemplo. O que não dizer, então, das contas de todas as instâncias da UEL e que possam ser de desconhecimento da comunidade universitária? Não vemos razões para que, dentro dos princípios da administração da universidade possamos ter qualquer motivo para deixar as contas em sigilo. Quanto mais públicas elas forem mais haverá envolvimento de nossa comunidade universitária nos rumos de nossa instituição.

CHAPA 3 (Berenice Jordão e Ludoviko Carnasciali)

As Fundações são personalidades jurídicas de direito privado. Elas fazem as prestações de contas junto ao Ministério Público. Os relatórios de acompanhamento das atividades conveniadas ao término de cada convênio são enviadas para apreciação nas instâncias envolvidas (Departamentos, Conselhos de Centro e Conselho de Administração). Por outro lado, os convênios efetuados e as verbas arrecadas pela UEL estão disponibilizadas no site da UEL

CHAPA 4 (Sérgio de Carvalho e Mara Solange)

Sem dúvida. A relação da Universidade com estas fundações precisa ser transparente. Inclusive, as próprias contas da Universidade devem ser apresentadas em uma forma de fácil compreensão.

Estas fundações, quando adequadamente gerenciadas, facilitam o desenvolvimento de algumas atividades específicas, entretanto, precisam atuar coerentemente com os princípios que regem a Universidade Pública e seu papel junto à sociedade.

CHAPA 2 (José Paulo Pinese e Elza Iouko)

IGUEL com Pinese e Elza Iouko compromete-se a tornar pública a UEL, portanto, FAUEL, ITEDES e HUTECH serão fundações transparentes. Entendemos que é importante a UEL conhecer a UEL.

#6 Qual o posicionamento da chapa sobre o processo de avaliação docente que tramitou durante o ano de 2013 (OF. R. C. No 148/13)?

CHAPA 1 (Isaias Dichi e Carlos Roberto)

É nosso entendimento que devem existir critérios de avaliação para a ascensão interna e a promoção interclasse dos docentes. Entretanto, os critérios para isto não podem estar pautados pela homogeneidade da atividade docente, que possui especificidades em cada Centro de Estudos. Entendemos que ao lado da necessária preservação de autonomia dos Departamentos, não compete aos docentes se lançarem à captação de recursos para a UEL e mesmo ser avaliados em função da roupa que usa ou não.

Quanto à existência ou não do estágio probatório, esta é uma questão que não é consenso na comunidade universitária, talvez em razão de que nunca tenha sido devidamente colocada para debate. Existem aqui os favoráveis e os

contrários, cada um com suas motivações históricas e pessoais.

Entretanto, é significativo observar que a existência do período probatório não tem se traduzido na UEL em mecanismo para eliminação sumária de novos concursados, ainda que pese o espírito autoritário que norteia este tipo de prática. Não ter sucumbido ao espírito autoritário que pauta o surgimento do estágio probatório só revela a maturidade que internamente conseguimos atingir no sentido de impedir que práticas mesquinhas e persecutórias invadam nosso espaço de trabalho. Isto não quer dizer, porém, que não tenhamos que discutir a questão caso este seja o desejo da comunidade universitária.

Na medida em que a circular 148/13 incomoda, produzindo questionamentos, nada mais legítimo do que conduzir o debate sobre a questão com transparência a fim de que não reine intranquilidade entre os docentes a respeito das formas pelas quais serão avaliados institucionalmente.

CHAPA 3 (Berenice Jordão e Ludoviko Carnasciali)

A avaliação institucional é obrigação de qualquer órgão público e deve ser efetuada de maneira global. Isso é transparência, responsabilidade pública.

CHAPA 4 (Sérgio de Carvalho e Mara Solange)

Os docentes estão acostumados no dia a dia com diversos tipos de avaliações, haja vista que estas são constantes em nossa trajetória (no vestibular, na graduação, nos mestrados, nos doutorados, nos concursos públicos, nos artigos submetidos às revistas científicas, dentre outras instituições). As questões são: avaliar com qual objetivo, quais critérios utilizaremos e com que instrumento avaliar?

Antes de discutirmos um instrumento de avaliação, devemos decidir coletivamente que docente queremos. Essa decisão deve ocorrer nos colegiados e departamentos, culminando com a

decisão no CEPE que congrega Ensino, Pesquisa e Extensão.

Traçado o perfil do docente, respeitando as especificidades das áreas e garantidas às condições mínimas de trabalho, estaremos substancialmente preparados para construirmos um instrumento de avaliação. Sem perder o princípio de que a boa avaliação deve ser ferramenta de proposição de ações que favoreçam a atividade docente e não um mecanismo de punição.

Estas fundações, quando adequadamente gerenciadas, facilitam o desenvolvimento de algumas atividades específicas, entretanto, precisam atuar coerentemente com os princípios que regem a Universidade Pública e seu papel junto à sociedade.

CHAPA 2 (José Paulo Pinese e Elza Iouko)

Nós vimos que a proposta inicial foi encaminhada para discussão pelas bases (conselhos de departamentos e de centros), mas, achamos curto o tempo dado. Posteriormente, a comissão encarregada da proposta adicionou algumas modificações e, também surgiram questionamentos, como por exemplo, a avaliação do Professor Associado que não nos pareceu muito ajustada. Nosso entendimento é de que uma nova discussão, com maior tempo para análise, deve ser feita nas bases, para que se possa refletir melhor sobre alguns aspectos, entretanto, não vimos progresso nesses trabalhos. Avaliação é importante e deve ser usada para o aprimoramento dos trabalhos, jamais como meio para punição, é o que defendemos.

#7 A chapa é favorável à transformação do TIDE em efetivo regime de trabalho, retirando as restrições que hoje o condicionam?

CHAPA 1 (Isaias Dichi e Carlos Roberto)

O Tempo Integral de Dedicção Ex-

clusiva (TIDE) é uma luta histórica da categoria docente do ensino público superior e, em particular, no nosso caso, da UEL. Porém, mais do que histórica, é legítima, por tratar-se de um princípio que garante maior estabilidade e segurança para o exercício da docência em condição integral na Universidade.

Sabemos que na UEL nem todos optam atualmente pelo regime de TIDE e, em caso deste tornar-se efetivamente regime de trabalho é pouco provável que isto mudasse. Mas, é necessário mobilizarmos todos os esforços para que o TIDE seja regime de trabalho. Como professores que têm a UEL como atividade central, eu e o professor Carlos somos totalmente favoráveis à conversão do TIDE como regime de trabalho sem outros condicionantes, diferentemente do que ocorre nas regras atualmente em vigor para a concessão.

Enfim, é necessário que sejam retiradas as restrições que hoje condicionam a concessão do TIDE e que desfiguram seu sentido que é o de regime de trabalho.

CHAPA 3 (Berenice Jordão e Ludoviko Carnasciali)

Totalmente a favor, como foi de iniciativa da atual administração com a participação da Profa. Berenice, o único documento protocolado junto à SETI e Deputados Estaduais, solicitando a alteração da Lei 14.825/2005, para o fim de transformar o TIDE como REGIME DE TRABALHO. Nesse documento consta toda fundamentação técnica e jurídica para que o TIDE seja REGIME DE TRABALHO.

CHAPA 4 (Sérgio de Carvalho e Mara Solange)

Plenamente. Inclusive nos comprometemos a buscar a mobilização do conselho de reitores, sindicatos e demais forças da sociedade para garantir essa transformação na lei do magistério superior que rege o atual TIDE. Lembramos apenas que algumas áreas são muito específicas quanto ao perfil

docente e precisam de um tratamento diferenciado. Dentre estas áreas, podemos citar para ilustrar esta questão, os profissionais de saúde, tais como dentistas e médicos; profissionais da área de direito e engenharias, dentre outras. Nas áreas citadas é frequente que seus docentes também tenham atuação como profissionais autônomos, o que é natural e esperado.

O TIDE não pode estar atrelado à realização de projetos, mas precisa ser a expressão da disposição do docente em atuar na Universidade com todo o seu potencial criativo e de trabalho.

CHAPA 2 (José Paulo Pinese e Elza Iouko)

Sim, somos favoráveis que o TIDE seja, como ele mesmo se define, um tipo de regime de trabalho, que é a "dedicação exclusiva". Quanto ao condicionamento à pesquisa, ensino ou extensão, entendemos que ele não garante a firmeza do nosso tripé, precisamos adotar formas inovadoras e inteligentes de incentivar nossos três eixos básicos, por outro lado, se a dedicação é exclusiva isto deve ser respeitado.

#8 Qual o posicionamento da chapa sobre a implantação de cursos de graduação na modalidade de Ensino a Distância?

CHAPA 1 (Isaias Dichi e Carlos Roberto)

Na nossa carta programática destacamos como um dos pontos fundamentais a necessária maior autonomia dos Centros de Estudos. Neste sentido, não compete ao Reitor dizer o que um Centro ou Departamento deve ou não fazer. Quando uma proposta de curso a distância é elaborada, ela vai passar por todas as instâncias de nossa Universidade e caberá ao CEPE, não ao Reitor, decidir se acata ou não o que foi proposto.

No caso dos cursos de graduação

à distância, cabe ao CEPE decidir se a proposta é viável ou não. O que se torna fundamental, neste caso, é que em caso da proposta ser aprovada pelo CEPE, temos de ter mecanismos que garantam a qualidade do curso ofertado, dentro dos padrões de excelência que têm norteado os cursos de graduação de nossa instituição.

É esta qualidade dos cursos que tem garantido o crescimento de cursos e de alunos em nossa universidade e ela é referencial que não podemos abandonar em nenhum momento, mesmo quando se discute outra modalidade de graduação, como é o caso do ensino à distância.

CHAPA 3 (Berenice Jordão e Ludoviko Carnasciali)

O ensino à distância é uma realidade. Entendemos que o primordial é assegurar o mesmo nível acadêmico do ensino presencial. Entretanto, qualquer oferta nesta modalidade deve ser muito bem discutida e apreciada pelos respectivos colegiados de cursos e pela Câmara de Graduação e CEPE. Ou seja, vamos respeitar sempre a autonomia dos Colegiados, Departamentos e órgão Deliberativos Superiores.

CHAPA 4 (Sérgio de Carvalho e Mara Solange)

A Educação a Distância é um tema presente na sociedade, impulsionado pela mudança dos mercados de trabalho e das estratégias de formação de recursos humanos em diversas áreas. Ela é uma realidade com a qual a Universidade se depara. A sua realização na Universidade Pública deve assegurar o comprometido na formação de profissionais críticos e competentes. Sua realização precisa ser amplamente discutida buscando assegurar o respeito às especificidades das áreas de conhecimento. A administração deve oferecer infraestrutura de equipamentos, recursos humanos e físicos para que a implementação desta modalidade de educação possa ter condições adequadas de

funcionamento.

Entendemos o grande valor da Educação a Distância na atualidade. Vale também destacar que a vivência universitária com todas as suas nuances políticas culturais e sociais, é também um instrumento pedagógico importante na formação dos futuros profissionais. Este é um desafio que deve ser debatido no âmbito do ensino a distância.

CHAPA 2 (José Paulo Pinese e Elza Iouko)

O ensino a distância deve ser encarado de uma forma menos preconceituosa, e deve ser implantado com qualidade. Aos mais resistentes, pedimos refletir que o ensino à distância pode ser muito benéfico para alunos que são "ponto fora de curva" e não necessitam da constante presença física de um professor, já o ensino presencial é bastante benéfico aos alunos que precisam da presença constante de um tutor. Não podemos ignorar a presença cotidiana da tecnologia ao nosso redor. Acreditamos que é possível implantar com bons atributos o ensino à distância na graduação, destacando que o cronograma deve ser muito bem organizado, com acompanhamento das atividades e avaliações.

#9 O que a chapa fará para enfrentar o crescente corte no custeio da Universidade por parte do governo do Estado?

CHAPA 1 (Isaias Dichi e Carlos Roberto)

Os cortes nos recursos do Ensino Superior do Paraná tem sido prática recorrente por parte dos vários governos. As consequências disto são nefastas para o conjunto da comunidade universitária. Então, estamos diante de uma situação que não apenas fere o adequado desenvolvimento de nossa instituição, mas que, também, precisa ser resolvido. Como enfrentar o problema?

Nós da chapa UEL-Já entendemos que nossos esforços internos são importantes, assim como a articulação com as demais IES. Entretanto, estes esforços precisam ser ampliados. Precisamos alargar o leque, mobilizando as forças locais da sociedade civil assim como os poderes públicos municipais de Londrina e região, mostrando a eles a necessidade de defenderem nossa UEL pela importância que ela tem tanto na produção de conhecimento quanto no que se refere à dinâmica econômica local e regional.

O corte contínuo no custeio da UEL tem impactos sociais que em geral as entidades da sociedade civil e os governos municipais não percebem. Além de trabalharmos com um corpo de pessoal que não se amplia na medida necessária, enquanto a UEL passa por contínua expansão de suas atividades, o corte de custeio afeta diretamente ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. É impossível manter o aprofundamento da qualidade do que produzimos enquanto conhecimento, por exemplo, se temos de ficar direcionando nossa atenção para a quantidade de folhas de sulfite que cada Centro de Estudos poderá gastar no mês ou controle de SEDEX para envios de cópias de trabalhos de dissertação ou doutorado. Nossa atenção deveria concentrar-se nas atividades fins, a construção de condições adequadas, no seu conjunto, para a produção de conhecimento.

Se pararmos a cada momento para discutirmos não estas atividades fins e sim o que fazer com a redução do custeio, as consequências negativas são inevitáveis. Assim, o caminho que pensamos é a mobilização conjunta interna e externa para deter a prática sucessiva de corte de custeio e trabalharemos efetivamente para isto. Não se trata aqui de promessa e sim de compromisso estabelecido pela chapa UEL-Já.

CHAPA 3 (Berenice Jordão e Ludoviko Carnasciali)

Intensificar cada vez mais a luta pela

Autonomia Universitária e continuar o trabalho já realizado pelo Conselho Universitário, cuja proposta será objeto de discussão ampla e democrática com todos os segmentos da UEL para consolidar uma proposta a ser enviada a SETI e ao Governo do Estado, considerando que há um compromisso do Governador com todos os Reitores da IEES para o envio desta proposta. Jamais esmorecer na luta diária para a manutenção das melhores condições por uma universidade pública, autônoma, qualitativa, socialmente responsável e plural.

CHAPA 4 (Sérgio de Carvalho e Mara Solange)

É importante que a comunidade da UEL e a sociedade conheçam como as ações dos governos afetam o cotidiano da vida universitária. Neste sentido pretendemos ampliar os debates junto aos órgãos colegiados da universidade. Caberá à Reitoria provar as necessidades financeiras com transparência e, assim, conquistar o apoio social e político para as negociações.

Além disso, é imprescindível a busca de outras fontes de recursos que possam ajudar a implementação dos objetivos da Universidade.

CHAPA 2 (José Paulo Pinese e Elza Iouko)

Lutaremos pela efetiva Autonomia Administrativa e pela Autonomia Financeira. Para isto, faremos um detalhado diagnóstico da UEL que com ela será compartilhado. Assessoraremos a comunidade para construirmos, juntos, um Projeto de Autonomia que venha das "entranhas da UEL" e, defendemos este projeto junto ao governo do Estado. Importante destacar, desde já, que devemos pensar nas aposentadorias. Num Projeto de Autonomia precisamos ter muita atenção no impacto futuro das aposentadorias e garantir o sustento de todos. Assim, para enfrentarmos os absurdos cortes do governo do Estado a solução é sermos autônomos de fato. Dia 9 de abril, i9UEL!